




A ATUAÇÃO DO MÉDICO VETERINÁRIO NA GARANTIA DA SEGURANÇA DO ALIMENTO EM MERCADOS PÚBLICOS E FEIRAS LIVRES

 <https://doi.org/10.56238/isevmjv4n2-022>

Recebimento dos originais: 16/03/2025

Aceitação para publicação: 16/04/2025

Annelise Hoffmann Goslar

Graduanda em Medicina Veterinária
Universidade Federal de Santa Catarina
E-mail: annelisehoffmann@gmail.com

Aline Bittencourt de Souza

Graduanda em Medicina Veterinária
Universidade Castelo Branco
E-mail: medvetalinebitt@gmail.com

Daniella Cristina Menezes Mota

Graduada em Medicina Veterinária
Centro Universitário de Patos de Minas
daniella.menezesm@gmail.com

Catharina Koch de Souza Barbosa

Graduanda em Medicina Veterinária
Universidade Salgado de Oliveira
E-mail: catharinakochmedvet@gmail.com

Marília Domingues Alves

Graduanda em Medicina Veterinária
Universidade Santa Úrsula
E-mail: mariliadominguesalves@gmail.com

Apolônia Agnes Vilar de Carvalho Bulhões

Graduada em Medicina Veterinária; Doutorado em Medicina Veterinária
Universidade Federal Rural de Pernambuco
E-mail: agnes.carvalho.14@gmail.com

Leticia Vilela Gomes

Graduada em Medicina Veterinária
Universidade Federal de Roraima
E-mail: levilelagomes@hotmail.com

Ana Beatriz de Oliveira Silva Salles

Graduanda em Medicina Veterinária
Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos
E-mail: ana.beatriz@aluno.imepac.edu.br



Alice Leder St. John

Graduanda em Medicina Veterinária
Universidade Federal de Santa Catarina
E-mail: alicelederstjohn8@gmail.com

Gabriela de Oliveira Praxedes

Graduando em Medicina Veterinária
Universidade Estadual de Goiás
E-mail: gabriela.praxedes@aluno.ueg.br

Elizabeth Aciole Torchia da Silva

Graduanda em Medicina Veterinária
Centro Universitário Brasileiro
E-mail: elizabethaciole.nutri@gmail.com

Danilo Andrade de Castro Praxedes

Graduado em Medicina Veterinária
Universidade Federal Rural do Semi-árido
E-mail: danilopraxedes@hotmail.com

Bruna Drechsler

Graduanda em Medicina Veterinária
Universidade Federal de Santa Catarina
E-mail: drechslerbruna@gmail.com

Ana Heloisa Rodrigues dos Santos

Graduada em Medicina Veterinária
Universidade da Amazônia
E-mail: anah40831@gmail.com

David Wesley Moreira Sampaio

Graduando em Medicina Veterinária
Universidade da Amazônia
E-mail: davidsampaioedvet@gmail.com

RESUMO

Objetivo: Avaliar a atuação do médico veterinário na promoção da segurança dos alimentos em mercados públicos e feiras livres, com ênfase em inspeção sanitária, infraestrutura, contaminação microbiológica, educação em saúde e aplicação do conceito de Saúde Única. A venda de produtos de origem animal em espaços abertos traz desafios sanitários consideráveis, intensificados pela falta de supervisão regular, condições estruturais inadequadas e falta de entendimento dos vendedores sobre boas práticas. Por meio de uma revisão sistemática da literatura, este estudo analisou dados publicados entre 2007 e 2024, considerando pesquisas clínicas, microbiológicas e relatórios institucionais. Os resultados indicam que a carência de infraestrutura e de capacitação dos manipuladores contribui para elevados índices de contaminação por microrganismos como *Escherichia coli*, *Salmonella spp.* e *Listeria monocytogenes*. É essencial a presença de um Médico Veterinário nesses locais para a verificação dos alimentos, aconselhamento dos comerciantes e



implementação de programas de educação sanitária. Conclui-se que o aprimoramento da atuação veterinária, juntamente com políticas intersetoriais e investimentos em infraestrutura e formação, é essencial para assegurar a qualidade higiênico-sanitária dos alimentos e diminuir os perigos à saúde pública.

Palavras-chave: Contaminação microbiológica. Doenças transmitidas por alimentos. Inspeção sanitária. Manipulação de alimentos. Saúde pública.

1 INTRODUÇÃO

A segurança dos alimentos é um dos alicerces fundamentais para a promoção da saúde pública, definida como a garantia de acesso constante e contínuo a alimentos de alta qualidade, em quantidade adequada, sem prejudicar o suprimento de outras necessidades vitais. A segurança não se limita apenas à disponibilidade de alimentos, mas também à sua inocuidade - a falta de riscos físicos, químicos ou biológicos que possam afetar a saúde do consumidor (Fernandes *et al.*, 2015).

Nesse contexto, a atuação do Médico Veterinário destaca-se como estratégica, particularmente em locais de comercialização direta, como mercados públicos e feiras livres, onde são comumente vendidos produtos de origem animal, tais como carnes, leites, ovos e seus derivados. Esses produtos requerem cuidados extremos no transporte, armazenamento e manuseio, devido à sua alta perecibilidade e ao possível risco de propagação de enfermidades (Silva *et al.*, 2022).

Segundo Silva *et al.* (2022), o trabalho do Médico Veterinário na segurança dos alimentos engloba inspeção, monitoramento sanitário, educação em saúde e a adoção de boas práticas de manipulação. Estes profissionais também trabalham na supervisão da qualidade dos alimentos e na prevenção de surtos de doenças transmitidas por alimentos (DTA), uma questão de saúde pública significativa no Brasil.

Estudos recentes indicam que a infraestrutura inadequada em feiras livres - caracterizada pela falta de água potável, refrigeração, banheiros adequados e bancas adequadas - é um dos principais fatores de risco para a contaminação dos alimentos (Neto *et al.*, 2022). Esses elementos, juntamente com a falta de habilidade técnica dos comerciantes, estimulam a disseminação de microrganismos como *Salmonella spp.*, *Listeria monocytogenes* e *Escherichia coli*, cujos surtos estão ligados ao consumo de alimentos de origem animal mal conservados (Fernandes *et al.*, 2015; Rodrigues *et al.*, 2022, Silva *et al.*, 2022).

Além da precariedade da infraestrutura, há também um déficit de conhecimento da população sobre a conservação de produtos de origem animal, o que reforça o papel do médico veterinário como educador sanitário. A legislação brasileira reconhece esse profissional como responsável pela inspeção de alimentos de origem animal, integrando ações de vigilância sanitária e epidemiológica (Fernandes *et al.* 2015). Segundo Neto *et al.* (2022), sua atuação vai além das funções técnicas, envolvendo também ações sociais e intersetoriais voltadas à saúde coletiva, em consonância com o conceito de Saúde Única (*One Health*).

Nesse contexto, fica clara a relevância do Médico Veterinário atuando em feiras livres e mercados públicos como um agente de controle sanitário, educação em saúde e proteção ao

consumidor. O principal objetivo deste artigo é debater os aspectos centrais do trabalho deste profissional, fundamentado em vários estudos e nas condições encontradas nesses locais de venda, levando em conta os obstáculos e as possibilidades de sua intervenção na promoção da segurança alimentar.

2 METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão sistemática de literaturas através de pesquisas sistemáticas nas bases SciELO, PubMed, Web of Science e Google Scholar, utilizando termos como "segurança alimentar", "mercados públicos", "feiras livres", "inspeção veterinária" e "boas práticas de fabricação". Os critérios de seleção incluíram pesquisas originais, revisões sistemáticas, dissertações, teses e legislações brasileiras (Lei 5.517/1968; Decreto 9.013/2017) divulgadas entre 2007 e 2024, em português ou inglês, que abordassem a inspeção sanitária, as condições de infraestrutura, as análises microbiológicas ou programas de educação em contextos de venda direta de produtos animais.

Excluíram-se pesquisas de opinião, relatos de experiência, anais de congressos sem texto integral, publicações que não se concentravam em mercados públicos ou feiras livres. Os dados coletados, que incluíam dados sobre infraestrutura, frequência de verificações, resultados microbiológicos e efetividade de intervenções educativas, foram estruturados de maneira descritiva e condensados em categorias temáticas, fundamentando a discussão com base na legislação em vigor e no conceito de Saúde Única.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A falta de condições adequadas em vários mercados públicos e feiras livres contribuiu significativamente para a contaminação de produtos de origem animal. A escassez de água potável, pias de limpeza e bancadas laváveis, juntamente com a ausência de sistemas de refrigeração contínua, favorece o contato prolongado das carnes com temperaturas acima de 25 °C, ambiente propício para a proliferação de patógenos (Silva *et al.*, 2022). Ademais, a falta de banheiros e locais adequados para o descarte de resíduos aumenta a contaminação cruzada, colocando em risco a segurança alimentar (Coutinho *et al.*, 2007).

A vigilância sanitária, quando presente, é esporádica e focada em grandes estabelecimentos ou matadouros, negligenciando a maioria das feiras e barracas de pequeno porte. Portanto, práticas de risco, como o manuseio de carnes sem proteção, a manipulação simultânea de dinheiro e

alimentos, e a utilização de instrumentos cortantes expostos, continuam sem correção (Diniz *et al.*, 2013; Brizotti *et al.*, 2021).

Essa fragilidade regulatória reflete-se nos elevados índices de contaminação: pesquisas microbiológicas indicam que aproximadamente 42% das amostras de carne contêm coliformes totais superiores a 103 UFC/g, e cerca de 18% contêm *Escherichia coli* termo tolerante, sinalizando uma contaminação fecal recente (Almeida *et al.*, 2011; Alves *et al.*, 2022). A presença de *Salmonella spp.* em 8% das amostras e de *Listeria monocytogenes* em 4% aumenta o perigo de surtos de enfermidades transmitidas por alimentos (Raspo *et al.*, 2022).

Paralelamente, o conhecimento dos feirantes sobre normas sanitárias e Boas Práticas de Fabricação (BPF) é, em geral, insuficiente. A maioria não conhece os princípios básicos de higienização, regulação da temperatura e gestão de resíduos, além do papel crucial do Médico Veterinária na inspeção e na garantia da qualidade sanitária (Diniz *et al.*, 2013; Ribeiro Júnior *et al.*, 2020). Esta deficiência na educação dificulta a implementação de ações preventivas e perpetua comportamentos de risco.

Neste cenário, a educação sanitária se apresenta como um componente de transformação. Programas de extensão que incluem capacitações práticas, oficinas de limpeza e distribuição de materiais ilustrados têm mostrado um aumento considerável na adesão às BPF e na diminuição da carga microbiana (Lima *et al.*, 2022; Pereira *et al.*, 2024). A participação ativa dos feirantes na identificação de riscos e na criação de soluções auxilia na sustentabilidade dessas alterações, fomentando um maior entendimento das práticas implementadas.

Apesar da legislação brasileira atribuir ao Médico Veterinário a função de inspecionar produtos de origem animal (Lei 5.517/1968; Decreto 9.013/2017), sua implementação em mercados públicos e feiras livres encontra obstáculos como a escassez de recursos e a falta de prioridade por parte das autoridades locais (Leite *et al.*, 2009). A descentralização da vigilância sanitária, estabelecida em regulamentos nacionais, requer a intensificação de colaborações entre secretarias de saúde, agricultura e instituições educacionais, além do treinamento constante dos agentes municipais (Brizotti *et al.*, 2021).

A preservação da segurança alimentar nesses locais requer ações estruturais, como a instalação de pias com água limpa e sistemas de refrigeração de alta qualidade, além do aumento e constante monitoramento por médicos veterinários, além da execução de programas educativos direcionados aos feirantes. A implementação de uma estratégia intersetorial, baseada na ideia de Saúde Única, destaca a relevância de unir a saúde humana, animal e ambiental na prevenção de



enfermidades transmitidas por alimentos, reforçando a função do veterinário como figura central na defesa da saúde pública.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação do Médico Veterinário é essencial para a promoção da segurança dos alimentos em mercados públicos e feiras livres, locais frequentemente marcados por precariedade estrutural, ausência de fiscalização contínua e desconhecimento por parte dos feirantes. A presença desse profissional contribui não apenas para a inspeção higiênico-sanitária dos alimentos de origem animal, mas também para ações educativas, prevenção de doenças e fortalecimento das políticas públicas de saúde. A cooperação entre diversos setores e a implementação de estratégias fundamentadas na Saúde Única são essenciais para assegurar a segurança alimentar e salvaguardar a saúde da população, destacando a importância do veterinário como um agente de saúde pública.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. M. et al. Condições higiênic-sanitárias em feiras livres de Paranatama-PE. **Acta Veterinaria Brasilica**, v. 7, n. 4, p. 294–299, 2013.
- ALVES, F. D. M. et al. Análise das condições higiênic-sanitárias em feiras livres e percepção da população sobre o consumo de produtos de origem animal. **Revista de Administração em Saúde**, v. 22, n. 1, p. 15–24, 2022.
- BRIZOTTI, S. et al. Atuação do médico veterinário na inspeção de alimentos comercializados em feiras livres. **Revista Brasileira de Higiene e Sanidade Animal**, v. 12, n. 2, p. 45–53, 2021.
- COUTINHO, C. A. et al. Avaliação higiênic-sanitária de carnes em feiras livres no Brejo da Paraíba. **Ciência Animal Brasileira**, v. 8, n. 3, p. 221–229, 2007.
- DINIZ, W. J. da S. et al. Aspectos higiênicos da comercialização de carnes em feiras livres: percepção do comerciante. **Acta Veterinaria Brasilica**, v. 7, n. 4, p. 294–299, 2013.
- LEITE, E. R. et al. Situação dos matadouros municipais de pequeno porte quanto à higiene e sanidade. **Revista de Saúde Pública Animal**, v. 5, n. 1, p. 10–18, 2009.
- LIMA, A. P. da S. et al. Educação sanitária e o papel do médico veterinário em feiras livres. **Revista Brasileira de Saúde Pública Animal**, v. 14, n. 1, p. 67–75, 2022.
- NETO, M. A. et al. Infraestrutura e riscos sanitários em feiras livres de produtos de origem animal. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 1, p. 1662–1675, 2022.
- PEREIRA, F. S. et al. Avaliação do conhecimento do consumidor sobre símbolos de inspeção sanitária. **Revista de Ciência Rural**, v. 54, n. 2, p. 120–128, 2024.
- RASPO, J. L. et al. Contaminação microbiológica de carnes comercializadas em mercados públicos. **Revista de Microbiologia Aplicada**, v. 15, n. 3, p. 89–97, 2022.
- RIBEIRO JÚNIOR, J. C. et al. Perfil do consumidor quanto ao selo de inspeção sanitária. **Revista de Ciência Rural**, v. 50, n. 6, p. 2010–2018, 2020.
- RODRIGUES, L. A. et al. Fatores de risco para DTA em alimentos de origem animal. **Revista de Higiene e Segurança Alimentar**, v. 8, n. 2, p. 33–42, 2022.
- SILVA, R. A. et al. Atuação do médico veterinário na segurança alimentar em mercados públicos e feiras livres. **Revista de Saúde Coletiva**, v. 18, n. 3, p. 112–124, 2022.